Clube Atlético Mineiro
CNPJ: 17.217.977/0001-68

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Conselheiros:
Apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, comparativas com 31 de dezembro de 2014 de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

DANIEL DINIZ NEPOMUCENO
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado
CIRCULANTE		**31.139.477**	**19.200.774**
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.816.556	3.459.182
Contas a receber	6	11.165.251	13.401.841
Estoques		728.352	580.154
Adiantamentos a terceiros		2.252.385	773.190
Outros ativos circulantes		3.176.933	986.407
NÃO CIRCULANTE		**734.977.909**	**732.656.703**
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	7	61.049.913	51.993.967
Investimentos	8	436.968.199	436.968.199
Imobilizado	9	196.993.883	197.056.963
Intangível	10	39.965.914	46.637.574
TOTAL DO ATIVO		**766.117.386**	**751.857.477**

PASSIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado
CIRCULANTE		**171.491.887**	**179.805.472**
Fornecedores		1.568.291	1.855.286
Empréstimos e financiamentos	11	57.682.419	49.788.222
Tributos e contribuições sociais	12	4.264.663	22.120.401
Obrigações trabalhistas		4.641.407	6.737.161
Exigibilidades com clubes	13	76.457.498	53.942.104
Exigibilidades com atletas		21.445.139	34.752.801
Outros credores		428.729	419.721
Receitas antecipadas		5.003.741	10.189.776
NÃO CIRCULANTE		**417.222.132**	**382.739.916**
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	11	130.563.254	127.789.552
Tributos e contribuições sociais	12	253.695.718	217.095.427
Provisão p/contingências	14	22.867.419	22.007.656
Exigibilidades com clubes	13	2.124.100	10.177.399
Exigibilidades com empresas		7.971.641	5.669.882
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**177.403.367**	**189.312.089**
Patrimonio social		15.775.631	15.775.631
Ajuste de avaliação patrimonial		613.904.522	614.639.263
Prejuízos acumulados		(452.276.786)	(441.102.805)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	**766.117.386**	**751.857.477**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**244.620.703**	**178.942.529**
FUTEBOL PROFISSIONAL		**226.360.669**	**160.943.328**
Receitas de bilheteria		24.848.504	29.567.460
Receitas de transmissão e imagem		113.721.233	80.419.848
Receitas com transfereências de atletas		35.656.518	1.649.485
Outras rec. Ativ. Esportivas		22.670.722	15.841.405
Receitas com Galo na Veia		13.138.128	10.665.067
Receitas com patrocínios/marketing		16.325.564	22.800.063
CLUBES SOCIAIS		**9.837.754**	**8.313.974**
Receitas com atividades sociais		9.837.754	8.313.974
RECEITAS PATRIMONIAIS			
Receitas Patrimoniais		8.422.280	9.685.227
(-) Tributos incidentes sobre a receita		(2.480.358)	(5.179.586)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		**242.140.345**	**173.762.943**
(-) CUSTOS OPERACIONAIS		**(176.865.136)**	**(199.552.876)**
FUTEBOL PROFISSIONAL		**(166.545.268)**	**(189.594.386)**
Custo com pessoal		(46.562.262)	(41.629.367)
Custo com atividades do futebol	16	(111.314.664)	(135.708.341)
Custos gerais		(8.668.342)	(12.256.678)
CLUBES SOCIAIS		**(10.319.868)**	**(9.958.490)**
Custo com pessoal		(4.662.162)	(3.889.983)
Custos gerais		(5.657.706)	(6.068.507)
RESULTADO BRUTO		**65.275.209**	**(25.789.933)**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(77.183.932)**	**(27.373.464)**
Despesas com pessoal		(6.991.039)	(5.762.318)
Despesas administrativas		(12.194.225)	(10.453.480)
Despesas tributárias		(1.312.880)	(658.054)
Resultado financeiro líquido	17	(63.387.072)	(78.591.037)
Variação cambial líquida		(17.797.716)	-
Receita financeira - perdão de multa/juros - REFIS IV/Profut		26.914.369	78.377.162
Despesas com depreciação/ amortização		(1.678.119)	(1.659.582)
Despesas com contingências trabalhistas/fiscais/cíveis		(737.250)	(8.626.155)
RESULTADO OPERACIONAL		**(11.908.723)**	**(53.163.397)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(11.908.723)**	**(53.163.397)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em reais)

	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(11.908.723)	(53.163.397)
Depreciação e amortização	17.510.847	27.464.848
	5.602.124	**(25.698.549)**
(Acréscimo) decréscimo de ativos	**(10.637.274)**	**36.129.221**
Contas a receber	2.236.590	79.092.492
Estoques	(148.198)	158.196
Adiantamentos a terceiros	(1.479.195)	200.679
Outros valores a receber	(2.430.735)	892.515
Outros créditos	240.210	20.126
Depósitos judiciais	(9.055.946)	(44.234.787)
Acréscimo (decréscimo) de passivos	**15.500.732**	**11.898.555**
Fornecedores	(286.996)	280.328
Obrigações fiscais	23.516.592	(19.571.521)
Obrigações trabalhistas	(6.867.793)	(3.753.153)
Exigibilidades com atletas	(13.307.662)	33.952.801
Exigibilidades com clubes	14.462.095	9.334.306
Receitas antecipadas	(5.186.035)	(16.951.649)
Outros credores	9.008	(298.406)
Provisão p/contingências	859.763	7.076.155
Exigibilidades com empresas	2.301.760	1.829.694
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**10.465.582**	**22.329.227**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado/intangível	(19.530.605)	(33.280.116)
Baixa de imobilizado/intangível	8.754.498	6.065.113
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(10.776.107)**	**(27.215.003)**
Fluxo de caixa das a tividades de financiamentos		
Ingresso de novos empréstimos	82.971.060	100.603.953
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(72.303.161)	(95.714.983)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**10.667.899**	**4.888.970**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**10.357.374**	**3.194**
Disponibilidades no início do exercício	3.459.182	3.455.988
Disponibilidades no final do exercício	13.816.556	3.459.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Em reais)

	Fundo Patrimonial	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**15.775.631**	**615.374.004**	**(388.674.149)**	**242.475.486**
Realiz. Ajuste avaliação patrimonial		(734.741)	734.741	-
Prejuízo do exercício			(53.163.397)	(53.163.397)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**15.775.631**	**614.639.263**	**(441.102.805)**	**189.312.089**
Realiz. Ajuste avaliação patrimonial		(734.741)	734.741	-
Prejuízo do exercício			(11.908.722)	(11.908.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**15.775.631**	**613.904.522**	**(452.276.786)**	**177.403.367**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES (Em reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuizo do exercício	-11.908.723	-53.163.397
Outros resultados abrangentes	734.741	734.741
Resultado abrangente do exercício	**-11.173.982**	**-52.428.656**

3.8. Ajuste a valor presente
Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

3.9. Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes
As receitas e as despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. As receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade são registradas em contas especificas do resultado operacional. As receitas de licenciamentos recebidas em decorrência da cessão dos direitos de uso da marca do Clube são reconhecidas em conformidade com a substância do contrato. De forma geral, o reconhecimento ocorre linearmente, durante o prazo contratual. Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável , são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

3.10. Isenção do imposto de renda e contribuição social
O artigo 18 da Lei 9.532/97 assegura a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às associações civis sem fins lucrativos – inclusive clubes de futebol – que prestam serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam.

NOTAS EXPLCATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O **CLUBE ATLÉTICO MINEIRO** é uma sociedade civil fundada em 25 de março de 1908, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, que tem por objetivos os de promover atividades esportivas, sociais, recreativas, culturais e cívicas, bem como incentivar, por si e/ou em convênio, o desenvolvimento da educação física pela prática do desporto em quaisquer de suas modalidades, e a prática de todos os esportes amadores, notadamente os olímpicos, além do futebol profissional, nos termos da legislação pertinente em vigor.
O Clube é regido por seu estatuto social, por seus regulamentos e legislação aplicável, tendo como poderes:
a) Assembleia Geral;
b) Conselho Deliberativo;
c) Diretoria;
d) Conselho Fisçal
e) Conselho de Ética e Disciplina
O Clube vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira do CLUBE ATLÉTICO MINEIRO depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira que está sendo implementada pela Administração do Clube.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contidas na Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações – LSA, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e homologadas pelos órgãos reguladores, e as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a interpretação técnica ITG 2003, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução 1429/2013 que aborda aspectos contábeis específicos a entidades desportivas profissionais.
As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão com a aprovação da Diretoria da entidade em 8 de abril de 2016 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.
• Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (deemed cost) de terrenos e edificações e de propriedades para investimento na data de transição para as normas internacionais/CPCs.
• Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas na moeda do ambiente econômico no qual o Clube atua (moeda funcional). Os ativos e passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado.
As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas em função da contabilização de ajustes de exercício anterior como demonstrado abaixo:

Patrimônio Líquido publicado	**194.028.725**
Ajustes exercícios anteriores-Cofins	(4.716.636)
Patrimônio Líquido reapresentado	**189.312.089**
Prejuízo do Exercício publicado	**(48.446.761)**
Ajuste exercício anteriores – Cofins	(4.716.636)
Prejuízo do exercício reapresentado	**(53.163.397)**
Passivo não circulante publicado	**378.023.280**
Ajuste – Cofins	4.716.636
Passivo não circulante reapresentado	**382.739.916**

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. Caixa e equivalentes de caixa
Incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, estando demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos, sendo utilizados pelo Clube para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
3.2. Contas a receber
Referem-se, principalmente a premiação pela classificação do campeonato brasileiro e complementação de receita de TV (pay-per-view). As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo (correspondente ao valor da venda faturado), diminuídas ao valor recuperável, quando necessário.
3.3. Imobilizado e Propriedades para Investimentos
Nos termos do "Pronunciamento Técnico CPC n° 27 – Ativo Imobilizado" e da "Interpretação Técnica ICPC n° 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos", dos Pronunciamentos Técnicos CPCs n°s 27, 28, 37 e 43, o Clube verificou o valor justo do ativo imobilizado e investimento, tendo constatado diferença relevante em relação aos bens registrados nas contas de terrenos e edificações. Logo, registrou os mesmos ao valor justo, com base em avaliações efetuadas por técnicos avaliadores com larga experiência na avaliação de bens desta natureza.
Quanto aos demais itens do imobilizado, não foi verificada diferença substancial entre o valor contábil e o valor justo dos mesmos.
A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Quando aplicável, os gastos na reforma do imobilizado são incorporados ao mesmo, somente se os benefícios econômicos associados aos gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Os reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados na data de encerramento do exercício e ajustados, se necessário. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido ao seu valor recuperável, na hipótese de valor residual exceder o valor recuperável.
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foi necessário registro de perdas para redução ao valor recuperável (impairment) do imobilizado/ propriedade para investimentos conforme previsto no CPC 01.
3.4. Intangível
Os custos de formação dos atletas (categorias de base) são registrados no ativo intangível, e amortizados de acordo com o prazo do primeiro contrato assinado de cada atleta profissional. No final de cada exercício o Clube avalia a possibilidade de recuperação econômica financeira do valor líquido contábil do custo de cada atleta registrado nesta conta, e, aso existam evidências de irrecuperabilidade do custo, o valor é baixado em conta específica do resultado.
Os direitos econômicos dos atletas são registrados pelo custo de aquisição e amortizados de acordo com o prazo do contrato de cada atleta.
3.5. Instrumentos financeiros
Os principais instrumentos financeiros ativos registrados em contas patrimoniais são representados por aplicações financeiras, cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis. Os demais ativos financeiros são classificados como recebíveis.
Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que o Clube assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros do Clube são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros são classificados como Empréstimos e Financiamentos.
O clube não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com o propósito de especulação.
3.6. Redução ao valor recuperável dos ativos
No fim de cada exercício, o Clube revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, quando ocorrer. No encerramento das demonstrações financeiras ora apresentadas, a administração não identificou quaisquer indícios de perda do valor recuperável de ativos não financeiros para que se procedesse ao calculo a correspondente contabilização dessas perdas .
3.7. Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas, para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS
O processo de elaboração das demonstrações requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas do seu melhor julgamento, baseadas na experiência e em outros fatores relevantes que afetam os montantes apresentados dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nestas demonstrações contábeis.
As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período; ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	79.895	69.092
Bancos conta movimento	10.476.663	79.995
Aplicações financeiras	3.259.998	3.310.095
	13.816.556	**3.459.182**

6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	4.917.571	13.401.841
Mercado externo	6.247.680	-
	11.165.251	**13.401.841**

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Bloqueio judicial – execuções fiscais	50.912.551	41.738.326
Bloqueio judicial – vara cível	7.202.546	7.202.546
Depósitos judiciais – vara trabalhista	2.288.962	2.318.241
Outros depósitos	645.854	734.854
	61.049.913	**51.993.967**

8. INVESTIMENTOS

	31/12/2015	31/12/2014
Shopping Diamond Mall	434.965.000	434.965.000
Casarão Bairro Itapoã	2.000.000	2.000.000
Outros	3.199	3.199
	436.968.199	**436.968.199**

O Clube Atlético Mineiro é sócio participante da SCP Arena Independência, cabendo-lhe 50% dos resultados líquidos obtidos na referida SCP - Sociedade em Conta de Participação. Em 2015 e 2014, não foram apurados resultados positivos.

9. IMOBILIZADO

	Taxa Deprec. %	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis / Edificações	2,04 a 2,86	199.121.538	197.988.293
Equipamentos e instalações	10	6.128.831	5.829.247
Móveis e utensílios	10	2.160.819	2.108.334
Computadores e periféricos	20	540.188	471.522
Veículos	20	642.334	604.568
Depreciação / Amortização acumulada		(11.599.827)	(9.945.001)
		196.993.883	**197.056.963**

10. INTANGÍVEL

	31/12/2015	31/12/2014
Direitos econômicos - atletas	123.370.251	123.540.668
Custos de formação de atletas	6.438.946	4.223.044
Softwares	724.532	346.490
Outros	99	99
Depreciação / Amortização acumulada	(90.567.914)	(81.472.727)
	39.965.914	**46.637.574**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
São representados por empréstimos para capital de giro e utilização de contas garantidas, com encargos apropriados até a data do balanço. Os financiamentos bancários estão garantidos por avais de dirigentes e direitos creditórios do Clube.
Os valores podem ser assim demonstrados:

Descrição	Taxa de Juros	31/12/2015	31/12/2014
Instituições financeiras	CDI + Juros	61.034.760	64.458.770
Não financeiras	Selic	127.210.913	113.119.004
		188.245.673	177.577.774
Curto Prazo		57.682.419	49.788.222
Longo Prazo		130.563.254	127.789.552

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Receita Federal / Previdenciária	235.354.985	226.826.420
FGTS	22.097.548	11.698.028
Tributos Municipais	441.817	626.584
Taxas e Contribuições	66.031	64.796
	257.960.381	**239.215.828**
Curto Prazo	4.264.663	22.120.401
Longo Prazo	253.695.718	217.095.427

Em 2015, o Clube Atlético Mineiro aderiu ao programa de modernização de gestão e responsabilidade fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT – previsto na Lei nº 13.155 de 04 de agosto de 2015 e Portaria conjunta PGFN/RFB nº 1348, de 23 de setembro de 2015. Em função do referido programa o CAM registrou como receita financeira o valor de R$26.914.369 referente ao perdão de multa, juros e encargo legal. As dividas tributárias do clube foram parceladas em 240 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, pagas de acordo com a seguinte regra:
a) Redução em 50% do valor da 1ª (primeira) à 24º (vigésima quarta) prestações mensais
b) Redução em 25% do valor da 25ª (vigésima quinta) à 48º (quadragésima oitava) prestações mensais
c) Redução em 10% do valor da 49ª (quadragésima nona) à 60ª (sexagésima primeira) prestações mensais sem nenhuma redução de valor.
Serão exigidas o cumprimento das seguintes condições para o Clube manter-se no PROFUT:
a) Regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data de publicação desta Lei, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário, na forma da lei;
b) Fixação do período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos em até quatro anos, permitida uma única recondução;
c) Comprovação da existência e autonomia do seu conselho fiscal;
d) Proibição de antecipação ou comprometimento de receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, salvo:
-O percentual de até 30% (trinta por cento) das receitas referentes ao 1º (primeiro) ano de mandato subseguente; e
-Em substituição a passivos onerosos, desde que implique redução de nível de endividamento;
e) redução do défice, nos seguintes prazos:
-a partir de 1º de janeiro de 2017, para até 10% (dez por cento) de sua receita bruta no ano anterior; e
-a partir de 1º de janeiro de 2019, para até 5% (cinco por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior;
f) publicação das demonstrações contábeis padronizadas, separadamente, por atividade econômica e por modalidade esportiva, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, após terem sido submetidas a auditoria independente;
g) cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados, referente a verbas atinentes a salários, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de contribuições previdenciárias, de pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com os atletas e demais funcionários, inclusive direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário;
h) previsão, em seu estatuto ou contrato social, do afastamento imediato e inelegibilidade, pelo período de, no mínimo , cinco anos, de dirigente ou administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerária;
i) demonstração de que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superem 80% (oitenta por cento) da receita bruta anual das atividades do futebol profissional; e
j) manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino e oferta de ingressos a preços populares, mediante a utilização dos recursos provenientes da remuneração pela cessão de direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino, símbolos e similares para a divulgação e execução do concurso intitulado LOTEX;
k) As entidades deverão publicar, em sítio eletrônico próprio, documentos que atestem o cumprimento do disposto acima, garantido o sigilo acerca dos valores pagos a atletas e demais profissionais contratados.
Em 2014, o Clube Atletico Mineiro aderiu ao REFIS IV previsto na Lei 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13/2014, regido, também, pelos termos do Acordo autorizado pela PGFN mediante

Clube Atlético Mineiro
CNPJ: 17.217.977/0001-68

Parecer PGFN/DGDAU nº 1718/2014, noticiado em cada uma das Execuções Fiscais relativas aos débitos parcelados. Conforme previsto na Medida Provisória 668/2015, o CAM utilizou "valores oriundos de constrição judicial depositados na conta única do Tesouro Nacional até a edição da MP 651/2014 para pagamento da entrada e de algumas parcelas mensais do REFIS IV no montante de R$ 41.738.326. Em função do referido parcelamento, o CAM registrou como receita financeira de 2014, o valor de R$78 milhões referente ao perdão de multas, juros e encargo legal. O REFIS IV foi parcelado em 180 parcelas mensais, atualizada pela SELIC. Em 2015 a dívida do Refis foi incluída no Profut.

13. EXIGIBILIDADES COM CLUBES

	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	27.412.029	25.187.028
Mercado externo	51.169.569	38.932.475
	78.581.598	**64.119.503**
Curto Prazo	76.457.498	53.942.104
Longo Prazo	2.124.100	10.177.399

14. PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais, classificadas como de prováveis perdas, foram constituídas levando-se em consideração as avaliações de seus assessores jurídicos. Os passivos contingentes podem ser assim demonstrados:

	31/12/2015	31/12/2014
Contingências trabalhistas	1.575.250	3.288.000
Contingências cíveis	21.292.169	18.718.656
	22.867.419	**22.007.656**

O Clube é parte, ainda, em demandas que tratam de processos cíveis e trabalhistas, cujo valor das discussões importa em R$30.667.073, não sendo constituídas provisões contábeis, pois as mesmas foram consideradas pelos consultores jurídicos como de perdas possíveis.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está constituído pelo fundo patrimonial e ajuste de avaliação patrimonial, reduzido pelos prejuízos contábeis apurados no exercício corrente e anteriores.

Em 2010 foi registrado o ajuste de avaliação patrimonial referente à diferença positiva apurada entre o valor justo e o valor contábil do imobilizado e propriedades para investimento.

16. CUSTO COM ATIVIDADES DO FUTEBOL

	31/12/2015	31/12/2014
Direito de imagem atletas/comissão técnica	41.964.712	60.684.009
Amortização direitos econômicos	22.582.500	43.166.833
Despesas com borderôs de jogos	9.415.588	12.198.107
Custos com atletas negociados	11.291.562	363.783
Custo formação atletas dispensados	3.701.647	6.065.114
INSS s/receitas com futebol	8.046.942	5.282.940
Direito de arena	6.552.274	3.608.506
Viagens/hospedagens	3.923.504	2.001.756
Outros custos com futebol	3.835.936	2.337.293
	111.314.664	**135.708.341**

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2015	31/12/2014
Juros e multas sobre tributos e contribuições	39.543.152	46.534.378
Encargos financeiros sobre financiamentos	31.642.715	26.154.777
Juros pagos s/antecipação de receitas	891.814	2.265.980
Multas contratuais	2.871.262	2.871.262
Variações cambiais passivas	-	741.840
Outras despesas financeiras	2.294.828	1.956.156
Receitas financeiras	(13.856.699)	(1.933.356)
	63.387.072	**78.591.037**

18. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As atividades do Clube estão sujeitas a alguns riscos financeiros: risco de mercados (incluindo risco de moeda, risco de taxas de juros e risco de preços), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Clube.

a) Risco de mercado

I – Risco cambial

O Clube atua internacionalmente realizando transações de compra e venda de direitos econômicos de atletas e está exposto ao risco cambial decorrente da variação cambial das moedas estrangeiras.

O Clube não possuía em 31 de dezembro de 2015 instrumentos derivativos para cobertura de risco cambial.

II – Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Clube sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos estão mencionadas na nota 11

O Clube não possuía em 31 de dezembro de 2015 instrumentos derivativos para cobertura de risco de taxas de juros.

b) Risco de crédito

Com relação às contas a receber o Clube está principalmente exposto a contas a receber de outros clubes por transações com atletas e estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. Contudo, além de todos os procedimentos normais de cobrança o Clube pode acionar o órgão regulador do futebol nacional/internacional caso não receba os valores acordados por uma transação, podendo acarretar sanções esportivas ao devedor.

Em 31 de dezembro de 2015 não foi necessário constituir provisão para perdas com créditos registrados no contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco do Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para horar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do Caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender as necessidades de suas atividades.

19. SEGUROS

O Clube mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil. Também são contratados seguros relativos a atletas profissionais, conforme determina a Lei 9615/98

DANIEL DINIZ NEPOMUCENO
PRESIDENTE

MANUEL BRAVO SARAMAGO
VICE-PRESIDENTE

CARLOS ANTÔNIO S. FABEL
DIRETOR FINANCEIRIO

MP ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
CRC/MG 5.444/O

PEDRO ALBERTO DE SOUZA
CONTADOR
CRC/MG 032.234/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Conselheiros e Diretores do
CLUBE ATLÉTICO MINEIRO
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis do **CLUBE ATLÉTICO MINEIRO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CLUBE ATLÉTICO MINEIRO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da entidade. A entidade vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. De acordo com informações contidas na nota explicativa nº 1, a reestruturação operacional, administrativa e financeira continua sendo implementada pela Administração do Clube.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram por nós examinadas, cujo Relatório foi emitido em 24 de abril de 2015. Essas mesmas demonstrações foram, em parte, reclassificadas em função de ajustes processados, conforme Nota Explicativa 2 estando, em consequência, reapresentadas conforme indicado.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2016.

SOLTZ, MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes
CRCMG Nº 2.684/O

Fernando Antonio Lopes Matoso
Contador CRCMG 11.628/O-3

José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG 19.932/O-9